

Algarve “ganha de novo paz social” com abandono do furo petrolífero

31 de Outubro, 2018

O Algarve e a área que seria abrangida pelos trabalhos de prospeção de petróleo “vão ganhar de novo a paz social” com o abandono do projeto, consideraram ontem os presidentes dos municípios de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo, avançou a Lusa.

Em comunicado, a Associação de Municípios Terras do Infante, considerou o abandono da prospeção de petróleo ao largo de Aljezur, na Bacia do Alentejo, por parte do consórcio ENI/Galp, “uma decisão sensata” que representa uma “prova de vida e vitalidade” da região, que se uniu na contestação ao processo.

“O Sudoeste Alentejano, a Costa Vicentina e todo o Algarve, ganham de novo a paz social, a normalidade e a tranquilidade no que a esta matéria diz respeito e que tão abalada foi”, lê-se no comunicado, emitido um dia após ser conhecida a decisão do consórcio em suspender o furo.

Por outro lado, a Associação de Municípios Terras do Infante considera que, para o atual e futuros governos, este constitui um “fator de aprendizagem para memória futura”. Para os presidentes dos três municípios algarvios, “a vontade de um Estado não se pode impor à vontade de uma região, ignorando fundamentos legais, ambientais e científicos, mas, acima de tudo, a vontade legítima das suas populações”.

A Galp e a Eni anunciaram na segunda-feira que decidiram abandonar o projeto de prospeção de petróleo ao largo de Aljezur, no Algarve, numa área denominada por Bacia do Alentejo, já que “as condições existentes tornaram objetivamente impossível” prosseguir as atividades de exploração.

Em agosto, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé tinha deferido a providência cautelar interposta pela Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) para travar o furo de prospeção de petróleo, que estava previsto ter-se iniciado em setembro passado, em Aljezur.

O consórcio liderado pela petrolífera italiana ENI previa iniciar a pesquisa de petróleo na bacia do Alentejo entre setembro e outubro, após uma preparação com uma duração estimada de três meses, segundo um relatório enviado à Agência Portuguesa do Ambiente.